

rumos da luta

um jornal a serviço da classe operária e camponesa

"Para adquirir uma verdadeira compreensão do marxismo, há que aprendê-lo não só nos livros, como também, e principalmente através da luta de classes, do trabalho prático e do íntimo contato com as massas operárias e camponesas". (Mao Tsé-tung)

Uma publicação da Célula Comunista de Trabalhadores (CCT) e da União Reconstrução Comunista (URC)

rumosdaluta@gmail.com

Número #13

MAIO/2022



CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO

PÁGINA 3



Viva o dia internacional da classe trabalhadora!

leia o editorial na página 2

A terceirização dos serviços de limpeza e cozinha nas escolas de SP

O jornal Rumos da Luta conversou com algumas trabalhadoras da rede municipal de educação para saber mais sobre a situação atual e registramos os relatos a seguir. Vejamos como está o trabalho das mulheres terceirizadas após a pandemia em algumas escolas da capital paulistana. PÁGINA 7



O Cinema sobre a Ditadura Militar

página 8



A Catástrofe e a resistência heroica do povo palestino

página 5

Yanomamis sob ataque do garimpo e do latifúndio

LUTAS POPULARES página 4

A ideologia burguesa na arte parte do individualismo

CULTURA página 8



Viva o dia internacional da classe trabalhadora!

A regressão social que se iniciou em quase todos os países com a contrarrevolução no final do século XX vem se aprofundando e se legalizando, ou seja, a burguesia não apenas ataca os direitos trabalhistas e sociais, mas também muda as leis para tornar esses retrocessos legais. É a tal segurança jurídica para o ambiente de negócios da qual tantos falam.

Este processo está em andamento e tende a se agravar. O chamado “direito adquirido” há tempos deixou de ser real, mesmo para trabalhadores formalizados. Nos serviços públicos, as pessoas se aposentam em uma determinada faixa salarial, mas depois seus vencimentos são diminuídos devido às reformas regressivas, assim como ocorre com os trabalhadores do setor privado. Além disso, a corrosão provocada pela inflação não tem sido reposta, nem mesmo para os trabalhadores da ativa.

Nesses tempos, com a queda do emprego industrial, houve aumento dos empregos na área de serviços, com mais utilização de tecnologias de informação, empregos esses com menos direitos. Isto ocorre por causa do uso feito pela burguesia das inovações técnicas. No entanto, isso é apresentado como uma fatalidade, por partidos e agências de “informação” que defendem o capitalismo.

A rigor, o que foi dito acima também não é novidade, pois historicamente, a burguesia sempre usa a aplicação de inovações tecnológicas para

enfraquecer os trabalhadores e as suas organizações.

A consequência desses fatos é a degradação generalizada das condições de vida da maioria da população na maior parte do mundo. Para enfrentar essa situação, os revolucionários e patriotas de todos os países devem mobilizar o povo para a reconstrução de um sindicalismo efetivamente comprometido com os interesses das classes trabalhadoras e de organizações revolucionárias capazes de impulsionar essas reconstruções, já que é visível o aburguesamento de várias organizações.

Tais organizações aburguesadas, fazem o jogo da classe dominante, justificando os retrocessos que tem ocorrido nas últimas décadas. Ao trabalho precário e sem direitos ao qual somos submetidos eles chamam de empreendedorismo. E para quem ficar pelo caminho, eles só têm a oferecer o assistencialismo rebaixado dos programas de renda mínima.

Em todos os países, as classes trabalhadoras do campo e da cidade só conquistaram reformas que melhoraram suas vidas quando foram capazes de lutar pela revolução socialista. Quando existiam partidos revolucionários que trabalhavam para organizar o povo para lutar por melhores condições de vida e trabalho, pelo socialismo e pelo comunismo.

É esta tarefa que devemos reimpulsionar neste Primeiro de Maio.

O avanço científico e tecnoló-

gico pode e deve servir para reduzir a jornada de trabalho, sem redução de salários, criando trabalho com direitos para as pessoas que tem idade suficiente e saúde para trabalhar. É preciso conquistar a reforma agrária, para criar empregos no campo e garantir a produção dos alimentos necessários para todos. Precisamos conquistar também sistemas únicos e públicos de saúde, educação, transportes e lazer, serviços esses que são condições essenciais para uma vida digna e saudável.

Essas questões, elencadas acima brevemente, não é um programa de privilégios para nossa classe, pois os bens e serviços necessários para uma vida digna são o produto do nosso trabalho. A riqueza do nosso país é socialmente produzida e deveria ser distribuída para todos aqueles que tomam parte na sua produção, o que não ocorre no capitalismo porque a burguesia se apropria privadamente da riqueza por nós produzida.

O mundo criado pela burguesia e pelos partidos que estão a seu serviço, incluindo alguns que se dizem “dos trabalhadores”, é esse que vemos nas ruas e praças de nosso país.

Neste Primeiro de Maio de 2022, ano que marcará os 200 anos da independência do Brasil, devemos lutar por um país cuja independência signifique dignidade para seu povo, para que possamos assim dar nossa contribuição para um mundo que seja de paz e prosperidade para todos os povos.



Cumprir a Constituição

A Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil, em seu “Título I, Dos Princípios Fundamentais”, diz expressamente, em seu Artigo 3: “Constituem objetivos fundamentais da República do Brasil: I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Devemos concluir, pelo que acabamos de ler, que, se descumprir a Constituição é crime, o atual presidente, bem como todos aqueles que o antecederam imediatamente, deveriam estar todos presos.

Devemos nos perguntar ainda por quais razões não foram penalizados.

O fato é que a lei fundamental do país é violada sistematicamente quando se trata dos direitos da maioria da nação, ou seja, da classe trabalhadora do campo e da cidade e da soberania nacional. Por isso, essa lei fundamental torna-se apenas palavras bonitas para mascarar uma feia realidade.

Sendo assim, cabe aos trabalhadores e as trabalhadoras, no momento em que vivemos, retomar o caminho que nos leve a dias melhores. Assim como em várias partes do mundo, as últimas três décadas no Brasil se caracterizaram pela regressão social, apesar da resistência por nós desenvolvida durante esse tempo.

Exemplo do que afirmamos é a situação dos Entregadores de aplicativos, que está brevemente descrita em matéria

intitulada “A máquina oculta de propaganda do iFood”, da Agência Pública: “Um dos levantamentos consultados pelos redatores teria sido realizado pela Locomotiva Pesquisas e Estratégia, sob encomenda do iFood, em março de 2021. A pesquisa, que teve uma amostra de 1.484 entrevistados, indica que o delivery é a fonte principal de renda para cerca de 89% dos entregadores, sendo responsável por cobrir despesas como comida, água e luz. Entre os mais pobres, 94% dos entregadores declararam depender das entregas como principal fonte de renda para os gastos cotidianos”.

A greve dos Entregadores teria fracassado, de acordo com a matéria, porque foi esvaziada pela ação dos empresários do setor, que infiltraram agentes entre os Entregadores para tal fim.

Isso é verdade, mas apenas em parte. O fracasso da greve dos Entregadores não deve ser creditado somente à ação dos patrões. É preciso lembrar que várias categorias profissionais, inclusive com maior tradição e experiência de organização, também sofreram derrotas em suas lutas, sobretudo porque essas lutas tem se desenvolvido de forma isolada de outras categorias, uma vez que as entidades que controlam o movimento sindical no Brasil não se mostram interessadas em unificar as lutas da classe trabalhadora.

No momento em que redigimos as matérias para esta edição de Rumos da Luta, várias categorias da Educação estão em luta pelo piso salarial, e o que fazem as várias centrais sindicais, as quais vários dos sindicatos das categorias em luta são filiados?

No dia 12 de abril passado algumas das centrais sindicais entregaram aos poderes Legislativo e Judiciário em Brasília, um documento intitulado “CONCLAT 2022”, no qual consta uma “pauta da classe trabalhadora”.

Mas será que os trabalhadores, empregados e desempregados estão sabendo desse fato? Será que ao menos os militantes e ativistas sindicais estão informados a respeito? Qual será o resultado prático da entrega desse documento?

A classe trabalhadora brasileira, no campo e na cidade, nada deve esperar dessas arapucas para as quais estas entidades estão nos empurrando. Dessa lenga-lenga nada resultará para nós a não ser enrolação.

No documento citado há de fato algumas propostas com as quais concordamos, mas a forma de colocar em prática dentro dos marcos dessa sociedade já foi tentada e fracassou. Política de valorização do salário mínimo, políticas de geração de trabalho e renda, proteção e auxílio aos desempregados, combate a fome e a carestia, política de preços dos produtos essenciais, são algumas das propostas importantes, mas que não são apontados os caminhos para destruir o que impede que tudo isso não seja aplicado.

Lê-se no documento uma referência ao “golpe de 2016”, que tudo teria piorado no Brasil. E antes de 2016? Bem, antes como sabemos, a Constituição brasileira também não foi cumprida. Cabe aos trabalhadores, em seu próprio interesse, se organizarem para cumpri-la.

YANOMAMIS SOB ATAQUE DO GARIMPO E DO LATIFÚNDIO



Na última semana, mais uma denúncia da violência do avanço do garimpo contra o território yanomami: uma menina de 12 anos, morreu após ser estuprada por garimpeiros que exploram ilegalmente a região. E agora toda a comunidade Aracaçá, na qual a menina vivia, estão desaparecidos após agentes do Governo terem encontrado o local com uma cabana incendiada e esvaziado. É mais um episódio dos inúmeros casos de violações e crimes contra os indígenas da região nos últimos meses.

Como o site NOVACULTURA.info apontou em artigo, “neste ano, completa-se 30 anos da demarcação da Terra Indígena Yanomami, com uma área equivalente ao território de Portugal, distribuída entre os estados de Roraima e Amazonas, onde existem mais 350 comunidades indígenas, com uma população de aproximadamente 29 mil pessoas. E tal como naquela época, mais uma vez os povos originários se veem atacados diretamente pela invasão do garimpo, com a anuência completa do velho Estado brasileiro”.

Segundo dados extraídos do relatório Yanomami Sob Ataque: Garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo produzido pela Hutukara Associação Yanomami (HAY), em 2021 o garimpo ilegal avançou 46% em comparação com 2020. Desde o ano de 2016 até 2020 o garimpo na TIY já havia crescido 3.350%. Dessa forma, a expansão dos garimpeiros na região afeta cada vez mais os povos indígenas. Segundo o documento, o número de comunidades afetadas diretamente pelo garimpo ilegal soma 273, abrangendo mais de 16.000 pessoas, ou seja, 56% da população total.

E o avanço do garimpo patrocinado pelo atual governo ampliou ainda mais os conflitos na região. O levantamento dos conflitos no campo elaborado pelo Centro de Documentação da CPT – Dom Tomás Balduino demonstra a explosão dos assassinatos e a dimensão do massacre em andamento.

Em 2020, havia sido registrado 9 mortes em decorrência de conflitos na área. Já no ano passado, houve um aumento de 1.110%, com o registro de 109 mortes de yanomamis decorrentes de conflitos na área, a sua maioria no estado de Roraima e, evidentemente, todas de autoria de garimpeiros.

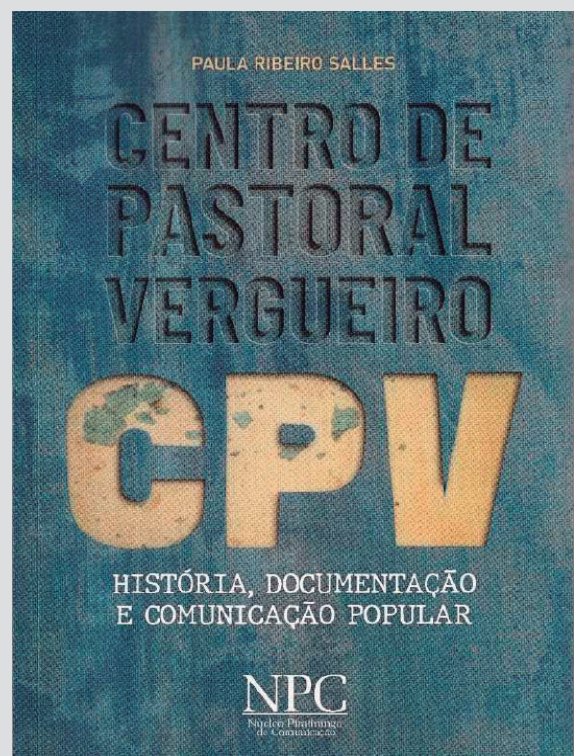
Além da ação violenta e dos assassinatos, os povos indígenas da região sofrem com o aumento da presença do garimpo ilegal, que utilizam algumas áreas, como a de Apiaú, como dormitório, trazendo consigo doenças, álcool, drogas, praticando crimes sexuais contra as mulheres, que acabam por deteriorar as condições de vida comunitária dos habitantes.

O que ocorre atualmente na Terra Indígena Yanomami é mais um capítulo do avanço final do velho Estado latifundiário brasileiro contra os povos originários.

Longe de ser um mero descumprimento da letra morta da Constituição, é a aplicação mais clara de tudo o que é necessário para garantir os interesses das classes dominantes e do imperialismo, garantindo assim a manutenção dos sistemáticos ataques contra os povos indígenas do Brasil, como denunciávamos em uma das edições recentes do jornal Rumos da Luta.

MEMÓRIA

Foram lançados recentemente dois livros que tratam da história de entidades que tinham como objetivo a preservação da memória das lutas populares. Trata-se de “A Comunicação Popular na construção e preservação da memória das lutas populares no Brasil, décadas de 1970 e 1980” de Ana Valim e “CPV - História, Documentação e Comunicação Popular” de Paula Ribeiro Salles. Ambos foram publicados pelo NPC - Núcleo Piratininga de Comunicação e se constituem em importante contribuição para aqueles que tem interesse em conhecer as lutas que foram desenvolvidas no Brasil no período e como se buscou passar adiante a experiência dessas mesmas lutas.



A Catástrofe e a resistência heroica do povo palestino



No último 15 de abril durante a segunda sexta-feira do Ramadã, o mês sagrado para os muçulmanos, os palestinos mais uma vez foram atacados pelas forças armadas de Israel, na mesquita de al-Aqsa, na cidade de Al Quds (ou Jerusalém Oriental, como é chamada pelo Ocidente). Centenas de palestinos que estavam exercendo sua fé, foram atacados pelas forças de um dos maiores exércitos do mundo, equipados pelo imperialismo ianque e resistiram mais uma vez, diante da ofensiva sionista, como vem ocorrendo há décadas. As cenas de homens, mulheres e crianças da Palestina resistindo com pedras e paus, ou mesmo a resistência armada da FPLP e do Hamas, são bastante comuns, mas chegam a nós, brasileiros, como se fossem parte de um conflito insolúvel entre dois povos que sempre brigaram e que não deixarão de brigar, como se fosse um conflito qualquer, igualando o invasor com o oprimido.

O que não se fala muito é que há mais de 70 anos atrás, no dia 15 de maio de 1948, se iniciou o que ficou conhecido como “Catástrofe” (Nakba) para o povo palestino, quando ocorreu a expulsão de mais de 700.000 palestinos de sua terra, mais de 400 aldeias destruídas, e quase 2 bilhões de terras expropriadas na região. Um ano antes, a Assembleia Geral da ONU, com total apoio da campanha promovida pelo Imperialismo britânico e norte-americano havia decretado a Resolução que estabeleceria dois Estados na região histórica da Palestina; a partir disso o Estado de Israel (mais conhecido como Entidade Sionista para aqueles que não o reconhecem) foi imposto mediante a colonização do território pales-

tino, e a limpeza étnica de seu povo.

Assim como foram os colonos de origem judaica antes da Segunda Guerra Mundial que buscam expandir a colonização do território palestino, desde 1948 a Entidade Sionista é um satélite das potências Imperialistas ocidentais, com os Estados Unidos à frente, um posto bastante estratégico, cumprindo o papel de estabelecimento de uma base militar no Oriente Médio fortemente armada para garantir a continuidade da política dos imperialistas na região e impedir as aspirações de libertação nacional e de soberania na região.

E mais de 70 anos e o expansionismo agressivo de Israel segue avançando sobre o território Palestino, contra os povos árabes em geral e em seus objetivos de estabelecimento de uma “Grande Israel”, visando dominar a região com um Estado com o maior gasto militar per capita do mundo, vide o acordo que o ex-presidente ianque assinou em 2016, com um montante de 38 bilhões de dólares em armamento por 10 anos para as forças armadas israelenses, um valor maior, por exemplo, do que foi gasto pelo imperialismo americano na guerra do Vietnã.

Por isso, mesmo com o apoio e o reconhecimento da maior parte dos governos e países do mundo, o Estado palestino segue sob ocupação e ataques da Entidade Sionista. Mesmo a ONU já reconhece os crimes em andamento. O relator especial da ONU para direitos humanos na Palestina ocupada, Michal Lynk, afirmou que as políticas discriminatórias de Israel nos territórios palestinos ocupados podem ser chamadas de apartheid.

Vários grupos internacionais, incluindo a Anistia Internacional, fizeram afirmações similares recentemente. Lynk fez a afirmação em relatório sobre “a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados desde 1967”, e concluiu que “as diferenças nas condições de vida e direitos de cidadania [entre palestinos e judeus] são gritantes, profundamente discriminatórias e mantidas por meio de opressão sistemática institucionalizada” para “manter a dominação de um único grupo étnico, racial e nacional sobre outro”.

Por isso é cada vez mais necessário que ampliemos a solidariedade ao povo palestino e sua heroica luta de resistência diante de uma força dessa dimensão patrocinada pelo imperialismo. Devemos ter bem claro que toda a violação dos direitos humanos, os bombardeios, a demolição de casas palestinas, a anexação de novos territórios, não faz parte nem de um problema apenas de substituição de um governo por outro em Israel tampouco de uma corrupção de um ideal (o lar dos judeus) anteriormente “progressista”, mas é parte da própria natureza reacionária, agressiva e colonialista da Ideologia Sionista, sob a qual se ergue esse Estado e contra o qual a luta do povo Palestino se desenvolve. Assim necessitamos nos informar para esclarecer cada vez mais ao nosso povo que a luta do povo palestino por sua libertação nacional é justa e deve ser apoiada como parte maior da luta geral dos povos do mundo contra o imperialismo, da qual também fazemos parte. A luta na Cisjordânia e na Faixa de Gaza também é nossa.

Celebração de 1 ano do jornal



A União Reconstrução Comunista (URC) e a Célula Comunista de Trabalhadores (CCT) celebraram o primeiro ano de existência do jornal Rumos da Luta no último 10 de abril na Zona Leste de São Paulo. A atividade realizada na subsede do Sindicato dos Químicos de São Paulo em São Miguel Paulista, na região que concentrava a luta da categoria na Zona Leste, contou com ato político com a participação da equipe de redação e militantes das organizações, que reafirmaram a necessidade política da construção de um veículo como o nosso e o valor político dessa iniciativa. Na oportunidade também foi realizada uma exposição das edições do jornal até então publicadas, a distribuição da edição #00 do jornal, além da venda de livros do selo Edições Nova Cultura. Por fim, a festa foi finalizada com um show musical com a participação dos companheiros Adriano Monteiro, Clayton Belchior, Rafael Mineiro e Renato Carroneiro, além do grupo "Os Circenses" e uma confraternização com os leitores e apoiadores que compareceram a nossa comemoração.



Agradecemos o programa Comunidade em Foco pela divulgação de nossa atividade ao público da região da Brasilândia. O programa vai ao ar das 10h às 12h, de terça às quintas-feiras ao vivo na Cantareira FM 87.5 [na região Brasilândia]. Você também pode ouvir o trabalho dos companheiros e companheiras pelo site www.radiocantareira.org, que dá espaço a coletivos culturais, movimentos de direito à moradia, saneamento básico, cuidados com o meio ambiente, educação de qualidade, acesso a saúde, direitos das crianças e adolescentes podem tornar públicas suas ações ao público de Vila Brasilândia e região.

rumos da luta

um jornal a serviço da classe operária e camponesa

APOIE O JORNAL RUMOS DA LUTA!

Para viabilizar os custos do nosso jornal por mais um ano de vida, seguimos com o esquema de assinaturas únicas de apoio, no valor de R\$ 100 (cem reais), com a qual você passa a receber mensalmente em sua casa um exemplar e assim também contribui com o desenvolvimento da nossa publicação.

Se você tiver interesse em assinar e nos apoiar, envie um e-mail para rumosdaluta@gmail.com ou pelo site www.novacultura.info/jornal

A terceirização dos serviços de limpeza e cozinha nas escolas de São Paulo

Terceirizar vem da palavra “terceiro”, e pode ser entendida como intermediário, interveniente. Tem sua origem ligada aos Estados Unidos na época da Segunda Guerra Mundial. Uma empresa contrata outra empresa, ou autônomo, para realizar um determinado serviço ou a produzir uma mercadoria. A terceirização no Brasil foi efetivada através da lei 5646/70 que regulou e determinou os segmentos e atividades que poderia optar pela execução indireta mediante contrato com terceiros. Entre eles encontram-se a limpeza e conservação, transporte e operação de elevadores. No final da década de 80 as inúmeras empresas brasileiras já haviam passado a contratar terceiros para realizar serviços de alimentação, contabilidade, digitação, limpeza, manutenção e vigilância.

A terceirização teve seu caminho aberto em grande parte pelas mãos do PT (Partido dos Trabalhadores) quando estava no Governo Federal, que flexibilizou esse tipo de contratação, que permite a precarização dos serviços de limpeza, merenda e vigilância. Nas escolas em São Paulo o processo de terceirização começou na

gestão Marta Suplicy (PT) na merenda. Na prestação de serviços, é notório que o empregado é a parte mais afetada neste tipo de contratação. As empresas procuram tirar o máximo da força de trabalho, sem compensá-lo de forma justa e sem prestar a assistência necessária. Os trabalhadores, deste tipo de empresa, mostram-se insatisfeitos com as condições de trabalho que lhes são impostas.

A proposta de liberar a contratação de funcionários terceirizados para qualquer tipo de atividade foi sancionada no dia 31 de março de 2017 pelo presidente Michel Temer. O texto libera a terceirização irrestrita de atividades fim e meio, dos setores público e privado. Não há vínculo empregatício da contratante com os funcionários terceirizados, que devem responder a empresa contratada.

Durante a pandemia, a prefeitura com Bruno Covas e depois com Ricardo Nunes, assim como os secretários de educação municipal e estadual, demitiram milhares de terceirizadas das escolas, que são fundamentais para toda a comunidade escolar, deixando-as em uma situação

de fome e desemprego. Algumas empresas não pagaram os direitos básicos destes trabalhadores como salários, vale transporte e vale alimentação. Muitas empresas contratadas pedem falência e saem sem pagar um centavo às trabalhadoras e trabalhadores enquanto os empresários ficam com lucros para montar novas empresas de prestação de serviços ao governo.

Em reportagem do G1 de 7 de abril vemos a seguinte manchete: “Alunos reclamam em escolas estaduais de SP desde retomada das aulas”. Reclamam do “cheiro insuportável” e os estudantes dizem que se organizam para limpar salas de aula por falta de funcionários para realizar a limpeza dos ambientes. Foi criado em março um movimento nas redes sociais para denunciar esta situação. Outras milhares de trabalhadoras e trabalhadores, de outras empresas, seguem com salários e vale transporte atrasados, trabalhando de forma precária, faltando até insumos necessários para o trabalho, tendo que limpar escolas inteiras com uma ou duas trabalhadoras, ou fazer a merenda de crianças e jovens.

O jornal Rumos da Luta conversou com algumas trabalhadoras da rede municipal de educação para saber mais sobre a situação atual e registramos os relatos a seguir, preservando o nome das pessoas e das escolas, para evitar represálias. Vejamos como está o trabalho das mulheres terceirizadas após a pandemia em algumas escolas de São Paulo:

Em uma **EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil)** na Zona Leste são três trabalhadoras na limpeza e três na cozinha. O número de funcionários da cozinha parece razoável, mas para a limpeza não é suficiente, a escola é muito grande tem quase 700 crianças e uma área externa grande com árvores, espaços lúdicos e essas funcionárias tem que limpar a área interna e externa da EMEI diariamente e várias vezes ao dia, a escola tem muitos banheiros, dois andares, além das salas internas tem salas na área externa também. Não tem mudança de turno, são três funcionárias para dividir 12 horas de trabalho das 07h às 19h. Muito trabalho, o número de funcionárias não é suficiente, fazem o possível, mas não conseguem recolher os lixos dos banheiros. Antes da pandemia eram sete funcionárias, agora três, com mais funcionárias era possível dividir os serviços de limpeza, ter funcionárias dentro e fora do prédio limpando ao mesmo tempo os espaços internos e externos, agora não, ao invés de qualificar, desqualificou. A escola não está mais limpa como era antes. As vezes estão lavando salas, corredores, banheiros com crianças transitando junto, isso é perigoso. As pessoas que trabalham na limpeza só estão neste emprego pela extrema necessidade, um trabalho desumano, total exploração do trabalho. O Ministério do Trabalho deveria ir as escolas ver as condições de trabalho destas trabalhadoras. Elas realmente fazem horário de almoço? Tem EPIs suficientes para o trabalho?

Em outra **EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil)** no extremo leste, antes da pandemia eram cinco trabalhadoras na limpeza, agora são três. Número insuficiente, trabalho estafante. Na cozinha eram três e agora são quatro. O número fica muito aquém das necessidades e as funcionárias dizem que não estão aguentando o excesso de trabalho.

Em outra **EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental)** na zona leste são quinze salas por período (manhã e tarde) mais cinco salas de EJA no noturno apenas três funcionárias para limpar toda a escola, uma entra as 06h30, outra as 07h30 e outra entra uma hora mais tarde para completar o trabalho até a noite, este número de funcionários é visivelmente insuficiente, a escola está cada dia mais suja, a limpeza que conseguem fazer é varrer e não uma limpeza mais pesada e necessária existe muita reclamação de professores e estudantes e o Diretor não tem dado o ATEST, que é a validação do serviço não por causa das funcionárias e sim para a empresa/prefeitura que não disponibiliza mais pessoas para trabalharem nas unidades escolares. Na campanha para o Grêmio Estudantil vimos um fato interessante: uma das chapas que estava disputando colocou a questão da limpeza da escola: o Grêmio deveria fazer uma ação para minimizar a sujeira porque veem que as trabalhadoras não estão dando conta de limpar a escola. Uma proposta interessante, mas a tarefa de garantir a limpeza tem que ser do Estado e da Prefeitura e não dos estudantes. Garantir um ambiente adequado para o estudo também faz parte do processo educacional. Durante a pandemia já havia diminuído o número de funcionários, antes da pandemia tínhamos uma média de quatro a cinco trabalhadoras por período e na pandemia ficaram três. Na conversa com as trabalhadoras percebemos o cansaço pela jornada extenuante de trabalho, porém são agradecidas por estarem trabalhando na atual conjuntura. Um dado agravante, elas sentem as reclamações pela sujeira e incorporam isso como se fossem delas, cansaço físico e mental por não se sentirem realizando bem o seu trabalho, o que é um problema da gestão pública é visto por elas como pessoal.

Em uma **EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental)** antes da pandemia eram nove funcionárias/os na limpeza e agora são três. Na cozinha são quatro. O número de funcionários é insuficiente, não conseguem desenvolver o trabalho de forma satisfatória. A escola tem quatro turnos de cerca de 1.300 alunos, as aulas começam as 07h e vão até as 23h. Sem contar que muitas trabalhadoras estão doentes, não vão ao médico para não sobrecarregar ainda mais as colegas de trabalho.

Em um **CEI (Centro de Educação Infantil)** as funcionárias que trabalham nas empresas terceirizadas de limpeza e cozinha fazem 44 horas semanais de serviço. São três funcionárias na limpeza e três na cozinha, o número não é suficiente, antes da pandemia tínhamos mais funcionários. No início das aulas estávamos com apenas duas na cozinha e com muita insistência conseguimos a terceira funcionária. As funcionárias sempre se queixam de ser muito trabalho para poucas pessoas e a limpeza fica prejudicada com o número reduzido. São 110 crianças que permanecem 10 horas no CEI.

Neste momento (abril de 2022) **trabalhadoras e trabalhadores da empresa Sector**, terceirizada que tem contrato de limpeza em várias escolas da Prefeitura de São Paulo, entraram em greve desde o último dia 13 reivindicando o pagamento do salário, cesta básica, vale refeição e vale transporte do mês de março. Nossa total solidariedade com a luta das trabalhadoras/es.

A ideologia burguesa na arte parte do individualismo

Um dos aspectos principais da ideologia burguesa é o individualismo. Em sua estética, ou seja, nos princípios filosóficos da arte burguesa, esse é seu elemento fundamental. Ali, a imagem do artista como personificação da criatividade é seu ponto de partida.

Marx chegou a analisar esse aspecto, quando comenta as chamadas robinsonadas (histórias do tipo de Robinson Crusoé), onde aquela personagem desprendida dos laços naturais que foram característicos do ser humano em épocas mais remotas aparece como o indivíduo mais natural que se poderia imaginar.

Assim como a burguesia imaginou que o indivíduo desprendido daqueles laços seria o ponto de partida da história (e não, ao contrário, o resultado de um processo histórico), a estética burguesa imagina um artista que inventa individualmente os valores estéticos de cada época. Em sua versão mais refinada, imagina uma linguagem artística que se desenvolve autonomamente, e cujo valor estético está em sua “evolução”, independente da realidade que de fato a determina.

Em sua forma mais progressista, essa estética contribuiu para uma maior consciência das linguagens artísticas. Porém hoje, em seu momento decadente, transformou-se em uma apologia da “arte pela arte”, ou seja, da especulação pura sobre a linguagem artística.

Como afirmava o escritor baiano Jorge Amado, autor de obras como “Capitães da Areia” e “Gabriela, Cravo e Canela”, “se quisermos ir mais adiante chegaremos com facilidade a negar por completo este conceito que colocava o artista na torre de cristal. A literatura nunca deixou de servir a uma classe. O conceito que era fruto da vaidade dos intelectuais, que os colocava acima das competições humanas, foi sempre de uma falsidade desoladora. O artista e em particular o romancista nunca deixaram de servir a uma classe. O intelectual fora da humanidade, fora dos anseios, dos desejos, das lutas dos homens, não pode existir, porque a literatura existe em função da humanidade”.

Essa estética deve ser combatida pela arte proletária, que deve submeter a linguagem artística a seus objetivos revolucionários. Estar atento às tendências da arte pela arte em seu seio é tarefa da cultura revolucionária.



BRASIL: PELA SEGUNDA E DEFINITIVA INDEPENDÊNCIA

O Cinema sobre a Ditadura Militar

Em 1922, o grande revolucionário bolchevique Vladimir Ilich Lenin em conversa com Anatoli Lunatcharski, então comissário do Povo para a Educação, afirmou que o cinema era a mais importante das artes. O princípio em questão é de fácil compreensão, o cinema pode ser usado como arma de propaganda e educação ideológica. E isto o capitalismo desde sempre compreendeu, inundando nossa cultura com os enlatados produzidos em Hollywood. Mas ainda assim, mesmo com essa competição desigual, o cinema brasileiro sempre se esforçou para uma produção que se fala sobre o nosso país e a realidade do nosso povo.

Foi por isso que inclusive no documento base da campanha Brasil: pela Segunda e Definitiva Independência apresenta sugestões de alguns filmes e incentiva amplamente que se organize cine debates para fomentar conversas e discussões sobre as obras cinematográficas e os temas abordados. Assim desde o seu início, os grupos de estudos e militantes se esforçaram para aplicar essa orientação, organizando atividades pre-

senciais e depois, durante a pandemia, atividades online com filmes e debates sobre a história brasileira.

E mais uma vez, diante da necessária luta ideológica sobre a história do Brasil que deve ser conhecida como realmente foi, em um ano que se completou 58 anos do Golpe de 1964 e no qual os militares seguem a parasitar e a ditar os rumos do nosso país, apresentamos uma lista de filmes sobre o período da ditadura militar que podem ser úteis para que se realizem mais atividades para se debater o que foi esse nefasto período da nossa história.

Todos os filmes citados na sequência, podem ser encontrados e assistidos no Youtube:

- Lamarca
- Zuzu Angel
- O Que É Isso, Companheiro?
- O Ano em que meus Pais Saíram De Férias
- Batismo de Sangue
- Pra Frente, Brasil

- Eles não Usam Black-tie
- Ação entre Amigos
- Cabra Cega
- João Goulart: Jango
- Marighella - retrato falado do guerrilheiro
- Militares da Democracia: os militares que disseram NÃO
- Osvaldão
- Retratos de Identificação
- Carlos Eugênio Paz (Clemente)
- Carlos Marighella - Quem samba fica, quem não samba vai embora
- Chumbo Quente, a série sobre a Ditadura Militar no Brasil
- Cúmplices? A Volkswagen e a Ditadura Militar no Brasil
- Cidadão Boilesen - Um dos Empresários que Financiou a Tortura no Brasil
- 30 Anos de Anistia
- Advogados Contra a Ditadura
- O dia que durou 21 anos
- Tempos de Resistência
- Araguaia, Presente!
- Guerrilha do Araguaia - As faces Ocul-tas da História
- Araguaia, Conspiração do Silêncio